

CIDADANIA E CATARSE: REFLEXÕES A RESPEITO DOS AGENTES JURÍDICOS A PARTIR DE ANTONIO GRAMSCI

Artur Stamford*

1. A Idéia
2. A Vida de Antonio Gramsci
3. Bloco Histórico
4. Hegemonia
5. Intelectuais Orgânicos
6. Cidadania e Catarse
7. Bibliografia

* Mestre e Doutor em Teoria Geral e Filosofia do Direito pela UFPE. Doutorando em Direitos Humanos e Desenvolvimento pela UPO Sevilla-Espanha. Professor da Faculdade de Direito de Olinda (FADO), da Escola Superior da Magistratura Trabalhista da 6ª Região (ESMATRA VI) e da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (ESMAPE).



1. A IDÉIA

Eximir-se de responsabilidades atribuindo-as a termos sem conteúdo é cooperar para a manutenção cultural da inimputabilidade social. Explico: não poucas vezes diz-se frases apontando termos como a sociedade, o povo, o sistema, a situação, os brasileiros, os americanos ou os europeus, etc. como responsáveis por induzir às atitudes ilícitas, corruptas e anti-éticas, como desviar verba pública; o que conduz à reflexão do significado da cidadania na esfera pública.

Iniciemos evitando a inversão de valores própria de frases como: “a morosidade processual é culpa do sistema burocrático”, como se os entraves deste sistema não pudessem ser detectados e evitados; “o brasileiro é preguiçoso, folião e corrupto”, como se não existissem os que trabalham em troca de esmola como o salário mínimo, cujo conteúdo jurídico está previsto no art. 6º, IV, da Constituição Federal; “não há verbas para melhorar a saúde, a habitação e a educação pública”, todavia os desvios de verba pública não alcançam índices inferiores a milhões de dólares.

Mais estranho ainda é quando se infere às normas jurídicas a responsabilidade pelo resultado de como são interpretadas e aplicadas, ou seja, de seus efeitos jurídicos e sociais; como se a decisão judicial não fosse tomada por um agente jurídico¹. Refletir sobre essa cultura de inimputabilidade social, é ao que nos propomos com este texto.

Tratar o tema da cidadania conectado à idéia de *catarsi* em Gramsci reporta-nos à reflexão dos atos humanos no aparelho do Estado, verificando as relações entre sociedade civil e sociedade política e entre a estrutura e a superestrutura. Significa, portanto, abordar as visões de mundo como propulsoras dessas ações na esfera pública, no convívio social distinto do ambiente familiar.

Em Antonio Gramsci a perspectiva que se convencionou chamar “exercício da cidadania” passa antes pelo crivo da visão de mundo – maneira como se percebe as situações, os fatos e as coisas circundantes –, fala-se então em catarse em oposição à submissão às idéias divulgadas pelo regime político dominante. Daí defender, este autor, a guerra de posição em detrimento da guerra armada.

A obra de Antonio Gramsci está na reunião de seus pronunciamentos nas sessões das Internacionais Comunistas, em artigos, cartas e notas. Alguns dos seus artigos foram escritos enquanto ele foi redator de *L'Ordine Nuovo*, jornal do Partido Comunista Italiano. Condenado à prisão, após constantes discussões com Mussolini entre 1929 e 1935, Gramsci continuou sua produção literária, escre-

1 Para um conceito de agentes jurídicos sugerimos: toda e qualquer pessoa cujo exercício de sua atividade profissional interfere nos autos processuais, como advogados, magistrados, promotores de justiça, procuradores, delegados, policiais, oficiais de justiça, correio, chefes de secretaria, etc.

vendo inúmeras notas, além de cartas à sua esposa e filhos. Os escritos do cárcere que não foram destruídos pelo regime fascista compuseram os *Quaderni del Carcere*, obra que veio a ser conhecida pelos italianos em 1945 (Gramsci, 1974: XVII).

O roteiro da reflexão que se propõe iniciará com o tema do bloco histórico, quando distinguir-se-á estrutura e superestrutura, apresentando as concepções dos contratualistas, a de Hegel e Marx, para então expor a visão gramsciana. Seguindo, o tema das classes sociais será abordado para esclarecer o papel dos intelectuais na construção da hegemonia. Enfim, da concepção de catarse tecer-se-á a perspectiva do exercício da cidadania pelos agentes jurídicos diante do exercício de sua atividade profissional.

Antes, todavia, cabe apresentar Gramsci.

2. A VIDA DE ANTONIO GRAMSCI

Aos 22 de janeiro de 1891, em Ales, ilha da Sardenha, na Itália, nasceu Antônio Gramsci, o quarto dos sete filhos de Francesco Gramsci, funcionário público, e Giusephina Marcias. Aos quatro anos de idade, devido a uma queda dos braços de sua babá, Gramsci contrai deficiência física, ficando corcunda (Gramsci, 1966: 1-7; Gramsci, 1974: VII).

A formação intelectual de Gramsci relaciona-se aos primeiros contatos com as idéias socialistas através de seu irmão mais velho, Gennaro, o qual migrou para Turim, de onde enviava-lhe o *Avanti!*, jornal do Partido Socialista Italiano (PSI). Em 1910, Gramsci adere ao “Grupo de Ação e Propaganda Antiprotecionista”, em oposição a política protecionista do governo italiano, a qual, na concepção deste grupo, prestava-se à agregação do conservadorismo dos industriais do norte e dos latifundiários do sul. Em 1911 ele ganha, por concurso, bolsa para freqüentar a faculdade de Letras na Universidade de Turim, na qual imperavam as idéias de Benedetto Croce e Giovanni Gentile, ambos, filósofos neo-hegelianos, que defendiam a filosofia humanista, opondo-se às idéias positivistas e empiristas. Estes dois pensadores, diante da Comuna de Paris e do crescimento do movimento socialista, abandonam partes da filosofia hegeliana e aderem à visão anticomunista, passando a defender o fascismo (sobre a vida de Gramsci, ler Gramsci, 1974:VIII-XXII; Coutinho, 1992: 1- 42).

Em 1913 Gramsci filia-se ao PSI. Em 1919, junto com outros do partido, lança o “*L’Ordine Nuovo*”, jornal que influenciou os Conselhos de Fábrica italianos. Em 1921, ele participou do nascimento do Partido Comunista d’Italia (PCI). Com as Internacionais Comunistas, reuniões promovidas para união dos partidos comunistas no mundo, em maio de 1922, Gramsci vai a Moscou como delegado do PCI. Nas eleições de abril de 1924, Gramsci é eleito Deputado, pelo PCI, ao Parlamento italiano, indo morar em Roma.

A vida familiar de Gramsci inicia-se com seu casamento com Giulia Schuchut, com quem teve dois filhos, Délío, nascido em agosto de 1924, e Giuliano, com nascimento em agosto de 1926.

Assumindo a direção do PCI este autor tem como adversário Mussolini, com quem trava constantes debates, até que, implantada a ditadura fascista, em 1926, os partidos são dissolvidos e, no mês de novembro, Gramsci é preso, aguardando julgamento no cárcere romano de “Regina Coeli”. Em 1928, mês de junho, o Tribunal Especial de Roma condena-o a 20 anos, 04 meses e 5 dias de prisão; no mês de julho é transferido ao cárcere de Turi, onde escreve inúmeras cartas à sua mulher e filhos, além das notas dos “Cadernos do Cárcere”.

Em agosto de 1931, Gramsci sofre hemorragia. Agravado seu estado de saúde, em 1933, Gramsci é levado para a enfermaria do cárcere de Civitavecchia, 70 quilômetros de Roma. Piorando sua saúde, é transferido para a clínica Quisisana, em Roma. Quando aos 27 de abril de 1937 morre de hemorragia cerebral.

3. BLOCO HISTÓRICO

A expressão soreliana **bloco histórico**, trazida ao marxismo por Gramsci, significa a estrutura geral, na qual desencadeiam-se as relações dialéticas entre a **estrutura econômica** e a **superestrutura ideológica**. Tem-se, portanto, como elementos do bloco histórico, a superestrutura e a estrutura (Gramsci, 1966: 4; Portelli, 1977: 14-17).

A dicotomia sociedade civil e sociedade política é fundamental para o estudo de temas como a governabilidade das sociedades complexas e a legitimidade. Quanto ao primeiro, a governabilidade pode ser analisada a partir da comparação entre os elementos do bloco histórico, partindo do princípio de quanto maior o descompasso entre as demandas da sociedade civil e a capacidade das instituições estatais em responder a tais demandas, mais acentua-se a ingovernabilidade (Bobbio, 1986: 36).

Em relação à legitimidade – vista por Weber como a capacidade adquirida por uma ordem de deter o prestígio de ser reconhecida como obrigatória e modelo, orientador das ações sociais (Weber, 1996: 25-26) – “a sociedade civil representa o lugar onde se formam os poderes de fato que tendem a obter uma legitimação própria, inclusive em detrimento de poderes legítimos” (Bobbio, 1986: 36).

Gramsci distingue-se dos demais autores por entender que a sociedade civil e a sociedade política fazem parte da superestrutura.

3.1 – Superestrutura

3.1.1 - Sociedade Civil

Distinguem-se várias acepções à expressão sociedade civil. A primeira delas é a pré-estatal, com a doutrina jusnaturalista, defensora da existência de

formas de associação humana anteriores ao Estado; a segunda é a anti-estatal, divulgada pela visão axiológica que concebe a sociedade civil como o lugar das transformações das relações de domínio, das lutas pela emancipação do poder político, esta é vista como uma concepção negativa, pois do ponto de vista do Estado, concede-se a sociedade civil anti-estatal porque desagregadora; a terceira acepção é a pós-estatal, prevista por aqueles que falam na extinção do Estado, quando ocorrerá a absorção da sociedade política pela civil (Bobbio, 1986: 35).

Conceituar sociedade civil como “a esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado” (Bobbio, 1986: 33), corresponde a retirar a esfera pública de seu conteúdo, o que não avança muito a discussão antes envia-a à distinção entre a esfera pública e a esfera privada.

a - Conceito Contratualista

O conceito jusnaturalista promana dos contratualistas como Hobbes, Leibniz, Locke, Rousseau e Kant (Bovero e Bobbio, 1991: 14). Não que suas idéias se assemelhem, mas têm elementos comuns, como o recurso à expressão **natureza humana** para legitimar seus discursos.

Partindo da idéia de haver uma vida humana em um estágio natural, formula-se a doutrina contratualista, defendendo-se a passagem do estado de natureza para o estado civil, onde constitui-se o convívio social civilizado (Bobbio, 1992: 1206-1207; Bovero e Bobbio, 1991: 49-84).

A concepção de Thomas Hobbes, quanto à vida em sociedade, parte da idéia de que esta não é a natureza humana, mas resultado de seu instinto de conservação, pois em seu estado natural prevalece o instinto do egoísmo, a luta de todos contra todos (Hobbes, 1974: 82, 79 e 137; Gramsci, 1991c: 200). Diante de ameaça à preservação da espécie é que os seres humanos se unem, o que não se dá com as abelhas e as formigas. O convívio social entre os seres humanos, então, dá-se artificialmente, para o que recorre-se à formulação das leis civis, com o pacto social, o qual é artificial e precário, portanto, incapaz de garantir a paz, já que sempre haverá quem pretenda ter mais força e poder. Desse raciocínio, Hobbes defende o contrato social como a renúncia dos membros de um grupo em favor do soberano, pregando o absolutismo como melhor forma de governo, pois, escolhido, o soberano deve procurar estabelecer a paz aos membros do corpo social. Constrói-se, assim, a noção de sociedade civil. Nesta concepção, o estado civil é algo novo e elimina totalmente o estado de natureza (Bobbio, 1992: 119).

John Locke procurou eliminar a idéia de conhecimento inato, acusando-o de preconceituoso. Para este autor, o ser humano nasce livre e em igualdade. O direito à propriedade é natural e anterior à sociedade civil, pois provém do trabalho, relação dos seres humanos com as coisas, daí a passagem do estado de natureza para o estado de civilização. A vida natural está exposta à inclinação de buscar beneficiar a si próprio e a seus amigos. Dessa forma os homens se reúnem em sociedade para evitar o arbítrio da execução das leis naturais, as quais têm

conteúdo incerto (Locke, 1974: 41-45). Para evitar isso, o ser humano passou ao estado de civilização, com a sociedade política, através do contrato. Neste contrato não ocorre renúncia de direitos, diz Locke, o soberano é agente e executor da soberania do povo, por isso não há que se falar em melhor forma de governo, esta é a que o povo decidir. O estado civil, assim, garante a conservação do estado natural, não se fala em eliminação (Bobbio, 1992: 119).

Em Jean-Jacques Rousseau há total inversão das idéias de Hobbes. Rousseau defende que no estado de civilização desencadeia-se a discórdia e a luta constante dentre os seres humanos. No estado de natureza o ser humano nasce bom, todavia, no estado de civilização ele se corrompe (Rousseau, 1974: 25). Assim é porque o ser primitivo sabe viver segundo suas condições inatas, o que não acontece na vida civilizada, onde se dá a degeneração da moral através da intelectualidade, a qual afasta o ser humano de seus sentidos, de sua animalidade, conduzindo-os à estupidez da limitação intelectual e a abusos, provenientes da vaidade. A liberdade natural deve ser reestabelecida na sociedade civil, por isso o contrato social, o qual contém direitos e deveres para ambas as partes - soberano e povo -, é rescindível, pois somos livres para aceitar ou não as cláusulas contratuais, “cada um unindo-se a todos, obedece, porém, apenas a si mesmo e permanece livre”. A soberania é inalienável, não pode ser renunciada nem partilhada, sob pena da perda da dignidade, porém pode ser delegada ao soberano, daí a lei ser um ato da vontade geral e expressão da soberania. A visão deste autor assemelha-se à de Hobbes quanto à sobreposição do estado civil sobre o estado natural, ou seja, aquele elimina este.

Enfim, sociedade civil, na visão dos contratualistas, é um momento resultante da passagem do estado de natureza para o civilizado. Aqui, sociedade civil é o que hoje é chamado de Estado (Bobbio, 1986: 38). Não há, aqui, a distinção sociedade civil e sociedade política, fundamental em autores como Hegel, Marx e Gramsci.

b – O Conceito em Gramsci

Antes de falar sobre a visão gramsciniana de sociedade civil, vejamos as de Hegel e Marx, os quais põem a sociedade civil no plano da estrutura.

Em Hegel, o Estado não se dá com a eliminação do estado de natureza, como em Hobbes e Rousseau, nem com o aperfeiçoamento da sociedade natural, como em Locke e Kant. Estado é um momento novo, onde ocorre a conservação e a superação da sociedade civil. É Hegel o primeiro autor a usar esta expressão, concebendo-a como o conjunto das relações econômicas, onde forma-se a distinção das classes sociais (Portelli, 1977: 19), ou seja, o “sistema das necessidades” (Bobbio, 1991: 188). Hegel contrapõe sociedade civil e sociedade política, devido à passagem do estágio anárquico para um momento superior, pois, devido à racionalidade, a qual liberta os seres humanos, alcança-se a sociedade política. Sociedade civil é, pois, o momento pré-político, é a fase anterior, é a antítese da

sociedade política, do Estado, onde impera a ética, em contraposição à miséria e à corrupção.

Já Karl Marx conceitua a sociedade civil como o conjunto da estrutura econômica e social de determinado período. Não que Marx seja totalmente oposto a Hegel, entre eles há certa continuidade de pensamento, porém suas idéias não se assemelham em todos os pontos (Bovero e Bobbio, 1991: 108-110). Vendo o Estado como o aparelho onde se dá a violência concentrada e organizada da sociedade, Marx sobrepõe o Estado - o qual não liberta os seres humanos, apenas cria uma ilusão de liberdade - à sociedade civil, lugar do intercâmbio das forças produtivas (Portelli, 1977: 19). Difere de Hegel no que tange a idéia de superação, quer dizer, o Estado não é um instante historicamente de superação, mas de reflexo da sociedade civil. Para Marx o Estado é: o aparelho coercitivo; dominador de classes, por conservar os interesses da classe dominante; e subordinado à sociedade civil, por refleti-la.

Gramsci apresenta uma visão distinta dos demais autores ao não contrapor sociedade civil à sociedade política. Recorrendo à expressão bloco histórico, este autor aborda a organização política de uma sociedade como resultado das relações, do processo dialético entre os componentes deste bloco, o qual corresponde à reciprocidade necessária entre a estrutura e a superestrutura, formando o processo dialético real, onde: “o conjunto complexo e discorde das superestruturas são reflexos dos conjuntos das relações sociais de produção²” (Gramsci, 1991a: 48; Coutinho, 1992: 75).

Concebendo por estrutura o ambiente das necessidades e a superestrutura como o momento da intelectualidade, da ideologia, Gramsci põe a sociedade civil não como elemento da estrutura, como fez Hegel e Marx, mas da superestrutura, ao lado e paralela à sociedade política.

Sociedade civil, portanto, é conceituada como o conjunto dos órgãos privados, os quais respondem pelas relações ideológicas e culturais, produzindo a hegemonia política de um grupo social sobre o conjunto da sociedade (Portelli, 1977: 20-21).

A concepção gramsciniana de sociedade civil reporta à ideologia, a qual é vista como concepção de mundo que se manifesta na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva (Portelli, 1977: 23; Gramsci, 1991c: 82). Gramsci aponta como erro, atribuir ao conceito de ideologia tanto o sentido de superestrutura necessária a uma determinada estrutura, como o sentido de elocubrações arbitrárias de um indivíduo. Para evitar tal erro, distingue-se “ideologias historicamente orgânicas, que são necessárias a uma

2 *La struttura e le superstrutture formano un «blocco storico», cioè L'insieme complesso e discorde delle soprastrutture sono il riflesso dell'insieme dei rapporti sociali di produzione. ... Il ragionamento si basa sulla reciprocità necessaria tra struttura e superstruttura (reciprocità che è appunto il processo dialettico reale).*

certa estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalísticas, «desejadas». Enquanto historicamente necessárias têm uma validade que é validade «psicológica», essa organiza a massa humana, formando o terreno no qual os homens se movem, adquirindo consciência das suas posições, lotações, etc. Enquanto «arbitrárias», não criam mais que «movimentos» individuais, polêmicas etc.; (não são completamente inúteis nem mesmo essas, porque são como os erros que se contrapõem à verdade e as afirmam (Gramsci, 1991a: 59). Assim, a sociedade civil comporta três características gerais: a de **ideologia da classe dirigente**, por envolver todos os ramos ideológicos como a arte, a economia e o direito; de **concepção de mundo**, resultado da capacidade de a classe dirigente divulgar e transmitir sua visão para toda a sociedade através dos níveis da filosofia, da religião, do senso comum e do folclore; e, por fim, a de **direção ideológica** da sociedade, quando articula a ideologia propriamente dita, a “estrutura ideológica” - as organizações que a criam e difundem - e o material ideológico - instrumentos técnicos de difusão da ideologia, como as escolas, a mídia, bibliotecas etc. (Portelli, 1977: 22).

3.1.2 Sociedade Política

No seio da superestrutura está, além da sociedade civil, a sociedade política, que é o aparelho coercitivo do Estado, ou governo jurídico, responsável por “conformar as massas populares ao tipo de produção econômica de um determinado momento histórico”, assegurando “‘legalmente’ a disciplina dos grupos que recusam seu acordo, seja ativo ou passivo; no entanto, é constituído para o conjunto da sociedade, em previsão dos momentos de crise no comando e na direção, quando falha o consenso espontâneo” (Portelli, 1977: 30).

Uma das características da sociedade política, prolongamento da sociedade civil, é agrupar as atividades da superestrutura que têm a função de coerção. Assim, essas atividades realizam-se em duas situações: uma habitual e uma excepcional. Na primeira, controlam os grupos sociais divergentes, como as classes subalternas que não aceitam a direção da classe fundamental, dirigente, lançando mão da coerção mais ou menos “legal” para manter sua dominação. Na segunda hipótese, da situação excepcional, há uma crise orgânica, ou seja, “a classe dirigente perde o controle da sociedade civil e apóia-se na sociedade política para lograr manter sua dominação” (Portelli, 1977: 31; Gramsci, 1991c: 103).

Vê-se, portanto, que sociedade política e Estado não são sinônimos. Sociedade política é o âmbito da intelectualidade, da dominação da ideologia, é a sociedade formada pelos intelectuais orgânicos cuja função é representar sua classe social originária. O Estado não se confunde com esse conceito, inclusive porque seu aparelho coercitivo pode não exercer o monopólio da força em nome da classe dirigente, pois, “para sufocar uma crise orgânica, a sociedade política pode

suscitar, no seio da sociedade civil, organizações para-militares que se integrarão ao Estado, uma vez terminada a missão” (Portelli, 1977: 32).

As relações entre a sociedade civil e a sociedade política desenvolvem-se no seio da superestrutura, pois “não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter-se de forma durável a sua dominação” (Portelli, 1977: 32), pois é utópico conceber que do Estado-classe se forma a sociedade regulada. Esta utopia está no fato de que não se pode construir a igualdade econômica com leis arbitrárias, com um ato de vontade, etc. (Gramsci, 1991d: 160).

3.2 – Estrutura

A estrutura do bloco histórico é o mundo da produção, ou seja, é o lugar das relações entre o ser humano e suas atividades profissionais, sendo, pois, definida como “o conjunto das forças sociais e do mundo da produção” (Portetti, 1977: 45; Gramsci, 1991a: 47). O processo de produção, portanto, reporta ao estudo da atividade-trabalho, o que envolve a relação entre o mundo material e o mundo social e a distinção das classes sociais.

Outro binômio é maquinista versus a máquina. Neste, a realidade resulta da relação ser humano e máquina, onde o trabalhador não mais se vê no resultado de seu trabalho, antes procede-se um cálculo de produtividade onde as vontades pessoais devem moldar-se ao cálculo das vontades alheias; a produção volta-se a um mercado, controlado não pelos produtores, mas pelos empresários.

Para Gramsci, o estudo da **estrutura** do bloco histórico é um estudo histórico, do passado, por isso dinâmico e dialético, pois ela não pode ser analisada no presente, quando está em fase de formação. É imprescindível que o momento histórico da estrutura se concretize totalmente, para a análise dos modos de produção de certa fase histórica da humanidade. Estrutura, portanto, não é o conjunto de leis objetivas e imutáveis, antes, é onde se verifica a constante criação e estabelecimento dos modos de comportamento.

Assim, há que se falar em relação orgânica entre estrutura e superestrutura no seio do bloco histórico. Para Gramsci uma sociedade não evolui aquém de suas potencialidades, pois o ser humano detém a característica da conservação da espécie, a qual impede-o de lançar-se no vazio, sem qualquer perspectiva.

A superestrutura comporta uma relação de dependência com a estrutura, ou seja, a classe dominante não arrisca ultrapassar os limites da estrutura. Esses limites são: primeiro, “nenhuma sociedade se impõe tarefas para cujas soluções não existam já as condições necessárias e suficientes, ou para as quais estas não estejam ao menos em via de surgimento e de aparecimento”; segundo, que nenhuma sociedade se desenvolve e pode ser substituída sem antes desenvolver to-

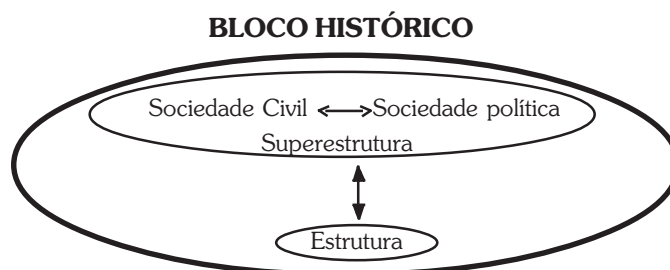
das as formas de vida implícitas em suas relações³” (Gramsci, 1991a: 50; Gramsci, 1991d: 85). Gramsci remonta essa idéia de Marx, em “Introdução à Crítica da Economia Política”, onde diz que “uma formação social não perece antes de desenvolver todas as forças de produção para a qual ela se apresenta suficiente e outras formas de relações de produção não tenham tomado seu lugar, antes que as condições materiais de existência do meio estejam germinadas no seio da velha sociedade. Por isso, a humanidade se põe apenas para aquelas tarefas que pode resolver; se se observa com cuidado se verificará que a tarefa surge apenas onde há condições materiais a sua solução, existindo já ou ao menos estando em processo de seu devir” (Gramsci, 1991a: 51). Isto conduz ao conceito de hegemonia, ou seja, da direção cultural, trazido por Ilitch (Lenin), no sentido de formação de alianças de classes voltada à direção e dominação da sociedade, o que envolve o controle das sociedades civil e política (Portelli, 1977: 62-63).

3.3 – Relações no Bloco Histórico

No bloco histórico dá-se duas espécies de relações: a primeira é a relação entre sociedade civil e sociedade política, dentro da superestrutura; e a segunda é entre a superestrutura e a estrutura.

Como na concepção gramsciana a sociedade civil e a sociedade política localizam-se na superestrutura, no estudo da relação entre estas sociedades está o tema da hegemonia, da disputa entre ideologias na pretensão de formar um consenso, o que envolve os mecanismos desenvolvidos pela classe dominante para obter o consenso social em torno de sua perspectiva ideológica, como a cooptação dos intelectuais da classe subalterna.

Ilustrando a visão de bloco histórico em Gramsci, tem-se o desenho abaixo:



3 No original tem-se: “Occorre muoversi nell’ambito di due principii: 1) quello che nessuna società si pone dei compiti per la cui soluzione non esistano già le condizioni necessarie e sufficienti o esse non siano almeno in via di apparizione e di sviluppo; 2) e quello che nessuna società si dissolve e può essere sostituita se prima non há svolto tutte le forme di vita che sono implicite nei suoi rapporti. No livro “Notas sobre Maquiavel, sobre a política e sobre o Estado Moderno”, Gramsci trata esses limites como princípios da filosofia política: “Due principii fondamentali di scienza politica: 1) che nessuna formazione sociale scompare fino a quando le forze produttive che si sono sviluppate in essa trovano ancora posto per un loro ulteriore movimento progressivo; 2) che la società non si pone compiti per la cui soluzione non siano già state covate le condizioni necessarie ecc.”.

4. HEGEMONIA

O conceito de hegemonia envolve as relações do bloco histórico, pois trata da pretensão de monopólio intelectual, o que reporta ao controle econômico, político e social de determinada formação social.

Mesmo Lenin não utilizando o termo hegemonia em sua obra, Gramsci atribui-lhe origem deste termo e diz que para Lenin hegemonia significa ditadura do proletariado, quando o capitalismo burguês será superado com a tomada de poder pelos trabalhadores, daí defender a obtenção da hegemonia com o emprego da violência (Portelli, 1977: 62).

Hegemonia corresponde aos “mecanismos de dominação e direção exercido por uma classe social sobre toda a sociedade em determinado momento histórico”, sendo função dos intelectuais organizá-la. Nas sociedades capitalistas a sociedade política, composta por aparelhos administrativo-burocrático e político-militar, permite à classe dominante manter o controle do bloco histórico, reprimindo e disciplinando os grupos sociais de oposição, bem como a sociedade civil dispõe de instituições responsáveis por elaborar e divulgar a ideologia dominante para formar o consenso, promovendo a manutenção no poder da classe dos que o detêm (Schlesener, 1992: 17-18).

Neste sentido, tem-se a hegemonia como resultado da guerra passiva, e não da guerra de posição, através da direção ideológica. A guerra pacífica é, para Ilitch (Lenin), a única forma possível de mudanças na sociedade ocidental, na qual a relação entre o Estado e a sociedade civil comporta o controle do manancial ideológico; em oposição está Bronstein com sua teoria da guerra frontal, a guerra de posição (Gramsci, 1991d: 84; Buci-Glucksmann, 1980: 396).

Gramsci fala em revolução passiva expondo as visões de Vincenzo Couco e as disputas entre Cavour, divulgador da guerra pacífica, e Mazzini, defensor da guerra de manobras, ou guerra frontal; concluindo diz que a guerra de manobras não realiza uma verdadeira revolução, mas uma mudança dos detentores do poder, da classe dominante, por não promover transformações na ideologia dominante devido à falta de preparação política ideológica, a qual é indispensável à construção de uma ordem social diversa da capitalista (Gramsci, 1991d: 89). Para a superação da ideologia capitalista prescinde que o comando da sociedade política seja absorvido pela sociedade civil. A realização de tal transformação se dá por meio dos intelectuais orgânicos.

A atividade desempenhada por esses intelectuais é o que pretendemos trabalhar como exercício da cidadania, por sua função de efetivar a hegemonia no seio do bloco histórico.

5. INTELECTUAIS ORGÂNICOS

O papel dos intelectuais no bloco histórico tem por princípio básico: “qualquer grupo que aspire ao poder tem necessidade de intelectuais a seu serviço, para forçar sua dominação” (Macciocchi, 1977: 193; Gramsci, 1991b: 3).

24 - RPGE, Porto Alegre 25(55): 13-28, 2002

Outra distinção, além de localizar a sociedade civil na superestrutura, de Gramsci para os pensadores ditos comunistas é conceber que toda e qualquer camada social produz seus filósofos, seus intelectuais, opondo-se, assim, à idéia de que os intelectuais constituem uma camada social específica (Macciocchi, 1977: 186-187). Esta diferença é, por alguns autores, chamada de “estranha mudança de apreciação” (Buci-Glucksmann, 1980: 257).

Ao abordar a “questão meridional” italiana - o bloco agrário, onde travam-se as lutas camponesas - Gramsci aponta a existência de intelectuais representantes da classe dos latifundiários e dos da classe do campesinato. A produção de um consenso ideológico - maneira de ver o mundo - passa justamente pelo crivo dessas diferenças intelectuais.

Esta mesma idéia é passada para o bloco industrial, quando as classes sociais dos empresários e dos empregados desenvolvem seus intelectuais. Uma diferença, no entanto, está na formação do “intelectual coletivo”, os sindicatos dos empregados e os patronais.

Seja qual for, portanto, a espécie do bloco histórico, há o vínculo orgânico entre a classe social e seus intelectuais.

Destingue-se, pois, duas espécies básicas de intelectuais. Os intelectuais tradicionais, também chamados de dogmáticos, que se mostram como especialistas, autônomos e independentes de suas camadas sociais, no entanto terminam reproduzindo os imperativos dominantes.

A outra espécie são os intelectuais orgânicos, representantes dos interesses e das concepções de sua classe social originária; têm, por isso, uma força orgânica, a que interliga os proletários à superestrutura, permitindo a promoção de uma nova hegemonia, processo este penoso, difícil e incerto (Buci-Glucksmann, 1980:481-482; Macciocchi, 1977: 197-203). “A missão do intelectual orgânico é empreender e realizar a ‘reforma intelectual e moral’ que leva toda a massa a ascender ao *status* de intelectual, rompendo com a antiga subordinação do povo à cultura tradicional e reconciliando-o com sua própria cultura”, isto é possível devido ao movimento dialético incessante que liga a filosofia surgida na própria massa à filosofia mais elaborada, formando o consenso ideológico e promovendo o novo bloco histórico (Macciocchi, 1977: 199).

Analisando o bloco ideológico, Gramsci aponta a capacidade de os intelectuais da classe dominante exercerem um poder de atração, subordinando os intelectuais das demais camadas sociais às idéias da classe dominante, formando-se um “sistema de solidariedade”, ou processo de assimilação, vinculando os intelectuais à ideologia da classe dominante (Buci-Glucksmann, 1980:488; Macciocchi, 1977: 194; Portelli, 1977: 66).

Os intelectuais orgânicos, portanto, realizam a hegemonia sociedade civil e sociedade política, ao promover o vinculado social e econômico da camada social que representam à superestrutura do bloco histórico, ou seja, à ideologia dominante, o que envolve, também, a relação estrutura e superestrutura.

A idéia então é transformar todos em intelectuais, pois assim forma-se a nova ideologia, combatendo a subordinação e reprodução das idéias da classe dominante. Ser, portanto, intelectual orgânico é exercitar a cidadania. Para melhor compreensão desta idéia recorre-se ao termo **catarse**.

6. CIDADANIA E CATARSE

Considerando que ser cidadão significa representar sua classe social originária, Gramsci aponta como característica da classe dirigente sua capacidade de isolar os movimentos das classes dominadas através da cooptação de seus intelectuais, promovendo-se melhorias nas condições de vida dos que lideram e se destacam nos movimentos sociais. Assim a classe dominante anula a força renovadora desses movimentos transformando os intelectuais em aspirantes à classe dirigente, devido à modificação de seu padrão de vida econômica, o que provoca grande transformação em sua visão de mundo, conseqüentemente, em sua concepção ideológica.

Em relação a essa cooptação, Gramsci apresenta a idéia de *catarsi*, que é “a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência humana” ... “é a passagem da necessidade à liberdade” (Gramsci, 1991a: 48-49). Catarse é a perspectiva de os seres humanos não mais pensarem a partir do estômago e passarem a raciocinar através do intelecto, noutras palavras: enquanto se raciocina pelo estômago, não há como realizar mudanças estruturais no sistema capitalista de produção, onde a necessidade, o mundo do ter, comanda em lugar da racionalidade intelectual.

Transferindo esta idéia de cidadania aos atores jurídicos, já que a governabilidade e a legitimidade passa pelo crivo destes profissionais, trabalha-se com essas categorias, as quais são estritamente ligadas as suas tomadas de decisões, conseqüentemente, à forma que dão ao funcionamento do sistema jurídico. Atribuir às normas jurídicas o conteúdo das decisões jurídicas, bem como todo e qualquer defeito do sistema jurídico é negar a interferência humana na eficácia jurídica e social do Direito. Significa considerar que a respeitabilidade, a segurança transmitida à sociedade e a perspectiva de não se denegrir a normatividade é diretamente proporcional à postura dos agentes jurídicos.

Não pense, entretanto, o leitor, que se defende o arbítrio nos julgados, que os magistrados, p. ex., julguem a partir de convicções pessoais. A pretensão não é essa. A postura da arbitrariedade opõe-se à idéia de juiz cidadão. A idéia que se pretende transmitir é evitar a cultura da inimizabilidade social dos atores jurídicos, é que partindo-se de normas não se conclui nada, assim como só de fatos não se julga.

A relação, portanto, mundo jurídico e mundo social se dá nos termos da atitude profissional dos agentes jurídicos, atitude esta que não se esgota com a

positivação das normas, pois a aplicação do direito positivo, porque posto por uma vontade humana, ocorre através da realização de um outro processo de positivação, que é a tomada de decisão judicial.

O problema do Direito não está na positividade, na previsão normativa. Em países como o Brasil melhor seria se as leis fossem rigidamente cumpridas, se assim fosse qual seria, por exemplo, o salário mínimo nacional? O problema repousa na eficácia, jurídica e social. O problema da eficácia é uma questão de aplicabilidade, de como as normas estão sendo empregadas, do como o direito está funcionando.

A cidadania, então, em relação ao Direito, está no âmbito da decisão judicial, do como os atores jurídicos têm explorado e trabalhado os textos legais. Trata-se de catarse, da passagem do pensar pelo estômago passando a raciocinar com o intelecto. Isto requer uma abdicação, não o regime de fome, mas o de cidadania. Quantos não são os juristas que ao ingressarem na carreira passam a ganhar dinheiro e mudam seu discurso, chegando mesmo a atuar vingando-se da classe social de origem?

Não há que pensar em um modelo de cidadania a ser empregado e seguido pelos atores jurídicos. Esta é uma idéia sem cabimento. Nosso objetivo neste texto é simplesmente alertar para o lugar da cidadania judicial, a saber: a decisão judicial. Aqui o jurista não se limita a depositar nos textos legais a culpa pelo resultado da decisão, compete assumir um grau de responsabilidade pelas consequências sociais da escolha tomada. Isso não implica que o magistrado, por exemplo, assuma a qualidade de “o vilão da história”, há as consequências imprevisíveis, o que pretendemos é chamar a atenção para a cidadania depositada nas mãos dos atores jurídicos. Fazer do Direito um instrumento de obstáculo às transformações sociais ou de mecanismo propulsor de transformações sociais não depende de haver a norma jurídica estatal e sim de o como ela será aplicada.

Ser um jurista cidadão significa fazer uso dos textos legais não visando benefício próprio, não aplicando a “lei de Gérson” (“o que importa é se dar bem”), mas consciente do papel ativo no funcionamento do direito estatal. Enfim, um jurista cidadão é capaz de executar a catarse ao deixar de pensar pelo estômago. Na pior das hipóteses, como diz Boaventura: “devemos correr o risco de uma magistratura consciente” (1997: 185). Idéia que pode ser abrangida a todos os atores jurídicos.

7. BIBLIOGRAFIA

- BOBBIO, Norberto (1986). **Estado, Governo e Sociedade. Para uma Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOBBIO, Norberto (1991). **Estudos sobre Hegel. Direito, Sociedade Civil, Estado**. São Paulo: UNESP/Brasiliense.
- BOBBIO, Norberto (1992). "Sociedade Civil". Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. **Dicionário de Política**. Brasília: Edunb.
- BOVERO, Michelangelo e BOBBIO, Norberto (1991). **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**. São Paulo: Brasiliense.
- BUCCI-GLUCKMANN, Christinne (1980). **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- COUTINHO, Carlos Nelson (1992). **Gramsci. Um Estudo sobre seu Pensamento Político**. Rio de Janeiro: Campus.
- GRAMSCI, Antonio (1966). **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio (1974). **Lettere dal Carcere**. Torino: Einaudi.
- GRAMSCI, Antonio (1991a). **Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce**. Torino: Riuniti.
- GRAMSCI, Antonio (1991b). **Il Risorgimento**. Torino: Riuniti.
- GRAMSCI, Antonio (1991c). **Passato e Presente**. Torino: Riuniti.
- GRAMSCI, Antonio (1991d). **Notte sul Maquiavelli, sulla Política e sullo Stato Moderno**. Torino: Riuniti.
- HOBBS, Thomas (1974). "Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil". **Os Pensadores** (vol. XIV). São Paulo: Abril Cultural.
- LOCKE, John (1974). "Segundo Tratado sobre o Governo". **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural.
- MACCIOCCHI, Maria-Antonietta (1977). **A Favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PORTELLI, Hugues (1977). **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1974). "O Contrato Social". **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1997). "A Sociologia dos Tribunais e a Democratização da Justiça". **Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-modernidade**. São Paulo: Cortês, pp. 161-186.
- SCHLESNER, Anita Helena (1992). **Hegemonia e Cultura: Gramsci**. Curitiba: editora da UFPR.
- WEBER, Max (1996). **Economia y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica.